



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

ANO DE 2011

ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
DO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2011

N.º 13/2011



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO REALIZADA NO DIA QUATRO DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E ONZE

Aos quatro dias do mês de Outubro, do ano de dois mil e onze, nesta cidade de Valongo, edifício dos Paços do Concelho e sala das reuniões da Câmara Municipal, reuniram os Excelentíssimos Senhores:

| | |
|-----------------|---|
| Vice-Presidente | Dr. João Paulo Rodrigues Baltazar |
| Vereadores | Dr. ^a Maria Trindade Morgado do Vale |
| | Dr. Arnaldo Pinto Soares |
| | Sr. Arménio Pedro Almeida Reis Silva |
| | Dr. José Luís da Costa Catarino |
| | Dr. ^a Luisa Maria Correia de Oliveira |
| | Dr. José Joaquim da Silva Miranda |
| | Dr. ^a Maria José Baptista de Moura Azevedo |
| | Dr. José Pedro Paupério Martins Panzina |

Foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Vice-Presidente quando eram dez horas.

Foi justificada a ausência do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador, Dr. Afonso Lobão que se fizeram substituir.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

1.1 - Estudo e Plano de Saneamento Financeiro do Município de Valongo – Discussão Prévia.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vice-Presidente que na semana anterior tinha sido distribuída a todos os membros da Câmara a proposta de estudo e Plano de Saneamento Financeiro do Município de Valongo e que aquela reunião destinava-se a recolher opinião sobre aquele documento.

Disse que ao nível do Plano de Saneamento Financeiro, tinham sido feitos cortes consideráveis na despesa e que embora pudessem ser aplicadas as taxas máximas, previstas na lei, seriam propostas aos órgãos municipais as mesmas variáveis que se encontravam em vigor, acrescentando que numa altura em que havia mudanças fiscais a nível nacional, caberia ao município, sendo possível, manter constante a carga fiscal local e não a aumentar para resolver o problema financeiro.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Luís Catarino**, dizendo que os eleitos pelo Partido Socialista pretendiam ouvir a explicação que seria dada sobre os documentos, para posteriormente poderem assumir uma posição definitiva sobre os mesmos.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que o novo documento era diferente do anterior, pois não complementava o pedido de contratação do empréstimo. Disse que o novo documento estava tecnicamente mais bem elaborado e era mais objectivo, permitindo uma leitura mais segura dos objectivos e dos meios para os atingir, no entanto, disse, o documento reformulado não continha o texto constante do anterior documento, que responsabilizava directamente quem tinha sido responsável pelo descalabro em que a Câmara Municipal se encontrava.

Disse a Senhora Vereadora que a situação arrastava-se havia vários anos, no entanto, nos dois últimos anos do mandato anterior tinha sido patente o descalabro das contas, acrescentando que então, os eleitos do Partido Socialista tinham avisado o Senhor Presidente da Câmara da situação para onde estava a levar as contas da Câmara, bem como também o fizera o Senhor Vice-Presidente de então, tendo a Câmara, por isso, retirado competências ao Senhor Presidente da Câmara.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que o preâmbulo do documento anterior seria integrado no Plano de Saneamento Financeiro que se encontrava em discussão e manter-se-iam os mesmos pressupostos e compromissos políticos assumidos.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que os eleitos pela Coragem de Mudar entendiam que o preâmbulo do documento anterior deveria ter ido mais longe e tido outra clareza, acrescentando que compreendia a dificuldade dos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata fazerem eco da situação, porém, os eleitos pela Coragem de Mudar não tinham esse problema e entendiam que quem tinha tomado tais decisões, tinha sido avisado várias vezes e insistido



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

nesse caminho tinha que ser responsabilizado, nem que fosse politicamente, sublinhando que as eleições não tinham sanado tal responsabilidade.

Mais disse que em virtude do documento anterior não ter sido mais objectivo e concreto em matéria de responsabilidades, os eleitos pela Coragem de Mudar não o tinham subscrito.

Disse que o documento em discussão não trazia grandes novidades em relação ao documento anterior e que as medidas de contenção propostas eram muito semelhantes às constantes do anterior Plano de Saneamento Financeiro, medidas que, disse, eram do senso comum e já deveriam ter sido tomadas havia muito tempo.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que na semana anterior tinha feito dois pedidos de fornecimento de documentos, tendo apenas sido dada uma resposta que não respondia ao que havia solicitado. Disse que tinha questionado qual a repercussão que as amortizações e reintegrações teriam nas projecções constantes do Plano de Saneamento Financeiro e não era resposta dizer-se que as amortizações tinham sido feitas de acordo com o previsto na lei, pois, disse, não seria admissível que fosse de outra maneira.

Disse o Senhor Vereador que lamentava que os dois únicos pedidos que tinha feito não tivessem sido satisfeitos e não percebia por que razão não tinha sido feita a quantificação das medidas de contenção de despesa previstas no documento.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que tinham sido enviados ao Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, os documentos solicitados.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que tinha recebido um documento que não quantificava as medidas, referindo, a título de exemplo, que no Plano de Saneamento Financeiro tinha sido prevista uma medida de redução de custos com a electricidade, no entanto, não havia informação sobre a quantia de redução esperada, sendo que ao nível da medida de contenção da despesa, n.º 4 – manutenção dos equipamentos associados à iluminação pública - estava prevista uma redução de 5% na iluminação pública em 2012 e uma redução de cerca de 10% do consumo de electricidade, através de negociação com a EDP de colocação de relógios na iluminação decorativa colocada na via pública, e redução ao mínimo o tempo de iluminação, mas tais medidas não estavam quantificadas.

Disse que no domínio da manutenção dos equipamentos, tinha sido proposta a imposição de um tecto de 30 mil euros em cada ano, no entanto, não se percebia qual seria o valor de redução e qual o seu significado relativamente aos gastos, acrescentando que estava ainda prevista a redução em 1,5% dos consumos de electricidade, no total da aquisição, através da revisão e verificação das potências dos contadores dos edifícios com o desligar das luzes e com a adesão ao plano de eficiência energética, que também não tinha sido quantificada.

Referiu o Senhor Vereador que havia sido lançado um concurso para instalação de reguladores de fluxo e sido anunciado que tal medida se traduziria numa poupança de 200 mil euros/ano, no entanto, aquele



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

valor não estava expresso nas medidas de contenção de despesa, acrescentando o Senhor Vereador que era necessário quantificar, pois tal permitiria estabelecer objectivos e cumpri-los.

Disse que na página 112 do Plano de Saneamento Financeiro estava reflectida a evolução dos balanços de 2012 a 2015 e que se todos os objectivos fossem alcançados poder-se-ia garantir que os balanços dos próximos anos haveriam de ser exactamente como constavam do documento.

Referiu que ao nível das imobilizações corpóreas, havia uma estimativa de evolução de 2011 para 2012 de mais de 180 mil euros, porém, o número líquido tinha sido reduzido pelo acréscimo de amortizações, dizendo, a título de exemplo, que em 2011 havia um total de imobilizações corpóreas de 106 milhões de euros, havendo um aumento de cerca de 2 milhões e 200 mil euros ao nível das amortizações e se não houvesse acréscimo às imobilizações corpóreas, o valor líquido teria diminuído em 2 milhões e 200 mil euros; no entanto tinham aumentado em cerca de 180 mil euros, o que, disse, significava que havia cerca de 2,4 milhões de euros de aumento de activo, mas não se percebia como tinha sido feita tal operação.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que tinha solicitado informação sobre a repercussão que as amortizações teriam na projecção dos balanços, no entanto, tinha sido respondido que seria aplicado o que estava previsto na lei.

Disse o Senhor Vereador que pelos mapas apresentados, percebia-se quais eram as amortizações do exercício, que seriam a diferença entre o ano A e o ano A-1, referindo que no ano de 2013 estava previsto um total de €108.395.608,59 de amortizações, aumentando aquele valor em cerca de 2 milhões de euros relativamente a 2012, e que o facto do total de amortizações ir aumentando, significava que havia amortizações todos os anos de todo o imobilizado existente e, sendo constantes, significava que não havia grande alteração no imobilizado. Porém, disse, o valor das amortizações aumentava, mas o imobilizado não diminuía na mesma proporção.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que aos valores do imobilizado acresceriam 0,5 milhões de euros.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que o anterior Plano de Saneamento Financeiro estabelecia que todos os investimentos em curso e a avançar mereciam uma análise de oportunidade e de razoabilidade, porém, tal medida não constava do novo documento.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que a medida de avaliação da pertinência dos investimentos não era quantificável.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que tinha a noção de que algumas das medidas de contenção de despesa propostas no Plano de Saneamento Financeiro não eram quantificáveis, nomeadamente a medida de implementação do sistema de contabilidade de custos, que não tinha tradução financeira e provavelmente iria originar nos primeiros tempos alguma despesa,



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

acrescentando o Senhor Vereador que aquela medida não tinha sido prevista por não ser quantificável, mas eventualmente por esquecimento ou por outra razão que desconhecia.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que a medida de avaliação de investimentos seria transposta para o novo documento, acrescentando que não tinha havido vontade de fazer esquecer essa medida.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que admitia que tivesse havido esquecimento de colocação dessa medida.

Disse o Senhor Vereador que os senhores Juízes Conselheiros do Tribunal de Contas eram muito rigorosos na avaliação dos textos dos documentos que lhes eram presentes, pelo que o texto do Plano de Saneamento Financeiro não podia deixar dúvidas, acrescentando que praticamente em todo o documento era referido que o montante do empréstimo a contrair era de €24.574.941,72, no entanto, havia páginas do documento onde constava o valor de 25 milhões de euros.

Referiu o Senhor Vereador que havia uma incoerência nos valores relativos ao empréstimo e que aquela diferença poderia ocasionar o chumbo do Tribunal de Contas.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que a possibilidade de contracção do empréstimo ia até 25 milhões de euros, acrescentando que o Tribunal de Contas apenas deixaria utilizar dos 25 milhões valor que a Câmara conseguisse justificar como dívida até uma determinada data.

Disse o Senhor Vereador que o pedido de empréstimo estava acompanhado da relação de dívida e que a Câmara só poderia dispor de €24.574.941,72 dos 25 milhões de euros autorizados.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que na página 5 e 65 do Plano de Saneamento Financeiro constava que o valor do empréstimo era de €24.574.941,72, porém, na página 61 era referido que poderia ser contratado o montante máximo de 25 milhões de euros, embora houvesse intenção de utilizar €24.574.941,72, acrescentando que teria de haver coerência nas afirmações.

Referiu o Senhor Vereador que era útil conhecer-se a quantificação das medidas de contenção da despesa, pois estava prevista uma medida de redução de 0,5% em comunicações no ano de 2012 e era importante conhecer-se os utilizadores de telemóveis e quais os consumos, acrescentando que o Ministério de Saúde tinha distribuído telefones, mas fixado um plafond de utilização. Solicitou o Senhor Vereador uma lista exaustiva de todos os telemóveis existentes na Câmara Municipal, quem os utilizava e o cargo que cada pessoa desempenhava.

Mais disse o Senhor Vereador que o Plano de Saneamento Financeiro previa uma medida de redução em vigilância e segurança com a renovação de um contrato de vigilância e segurança e que julgava que a vigilância era feita por vigilantes da Câmara, solicitando o Senhor Vereador cópia do referido contrato.

Continuando no uso da palavra, disse que estava quase no fim o segundo ano de mandato e a contabilidade de custos seria apenas implementada em 2012, perguntando o Senhor Vereador por que



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

razão ainda não se encontrava em prática, pois, disse, apesar de não trazer nenhum ganho em termos financeiros, poderia trazer ganhos em termos analíticos e permitir a tomada de medidas adicionais. Disse o Senhor Vereador que era suposto a contabilidade de custos estar já em prática, uma vez que tinha sido anunciada aquando da apreciação das contas de 2010.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que a Câmara tinha celebrado um contrato com a empresa Optimus para as comunicações móveis, que permitia que não houvesse custos nas chamadas dentro da rede da Câmara e tinham sido fixados três escalões de plafond de chamadas e responsabilizadas as chefias que tinham determinado quem teria necessidade de utilizar o telemóvel e que funcionalidades. Referiu o Senhor Vice-Presidente que havia a noção que poderia haver chamadas que não eram profissionais, no entanto, o controlo era feito através do estabelecimento de plafond mensal para chamadas e quem o ultrapassasse teria de proceder a carregamentos, acrescentando que sempre que as necessidades de serviço implicavam um aumento extraordinário do número de chamadas, o custo era assumido pela Câmara Municipal.

Disse o Senhor Vice-Presidente que até ao final do ano em curso seria necessário abrir novo procedimento concursal para telecomunicações móveis e havia histórico que permitiria abrir um concurso mais apelativo do ponto de vista financeiro, acrescentando que se encontrava estabilizada a factura da Câmara Municipal.

Referiu, ainda, o Senhor Vice-Presidente que disponibilizaria ao Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, a listagem de telemóveis da Câmara Municipal.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que no mapa constante da página 91 do Plano de Saneamento Financeiro estavam previstos os investimentos e as respectivas fontes de financiamento.

Disse que seriam fornecidos os contratos respeitantes à medida 17 de contenção da despesa e que havia uma forte intenção de iniciar a implementação da contabilidade de custos a partir de Janeiro de 2012.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que o mapa de evolução dos balanços previa, em 2013, um crescimento do valor das amortizações de 2 milhões de euros, o que significava que se não houvesse nenhum acréscimo patrimonial, o valor líquido do imobilizado corpóreo haveria de ser €106.216.841,91, menos os 2 milhões de amortizações, num total de 104 milhões de euros. Disse que estava previsto para 2013 um acréscimo patrimonial de €1.590.000, no entanto, apenas haveria um investimento de €250.000,00, perguntando o Senhor Vereador por que razão o activo incorpóreo cresceria €1.900.000.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que as imobilizações corpóreas desceriam de €106.216.841,91 em 2012, para €105.920.435,61 em 2013.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que se fossem amortizados dois milhões de euros, o valor deveria passar para 104 milhões de euros.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que para além dos investimentos, havia no passivo os proveitos diferidos que seriam incorporados nas imobilizações corpóreas.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que tal não poderia acontecer.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que havia uma escola que tinha sido construída e comparticipada e que a comparticipação iria para proveitos diferidos e integrada em 5%.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que haveria um acréscimo de €1.900.000, mas faltavam justificar €1.100.000.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que o valor em falta correspondia a 5% de 21 milhões de euros que se encontravam em proveitos diferidos.

Referiu que o Plano de Saneamento Financeiro tinha sido ajustado devido a uma alteração no contrato com um banco, devido à alteração dos custos financeiros, à alteração do ano base, que tinha passado a ser o ano de 2010, para além de se ter verificado uma diminuição dos valores das transferências do Estado e da implementação de medidas da Troika.

Disse o Senhor Vereador que tinha sido possível fazer um ajuste, diminuindo a previsão de receitas, bem como da despesa, acrescentando que todo o ajustamento tinha sido feito pela via da despesa, pois, dadas as circunstâncias económicas e sociais, não estava previsto um aumento das receitas do Município, nomeadamente ao nível de taxas, cuja competência para a fixação era do Município.

Mais disse o Senhor Vereador que havia um acréscimo de custos financeiros, mas haveria uma redução significativa em todas as rubricas de despesa corrente e que o investimento corresponderia ao que o Município conseguisse poupar, estando previsto na página 91 do Plano.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que o previsto no Plano de Saneamento Financeiro correspondia, grosso modo, ao que havia sido proposto no Plano anterior, tendo, porém, sido introduzidas reduções nas grandes rubricas da despesa corrente. Disse que o documento continha orçamentos previsionais de receita até 2023 e que a partir daqueles, tinham sido elaborados os orçamentos de despesa, acrescentando que partindo do valor da despesa de 2010 e da despesa realizada até 31 de Agosto de 2011, tinha sido elaborado um orçamento base zero, partindo do pressuposto daquilo que seria o orçamento de despesa em final de 2011, cumprindo o estabelecido no Orçamento de Estado em termos de despesas.

Mais disse o Senhor Vereador que tinha sido também prevista uma redução nas transferências do Estado de 7%, tendo o documento sido elaborado com grande realismo, atendendo às circunstâncias em que todo o país se encontrava.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Luís Catarino**, dizendo que na página 61 do Plano de Saneamento Financeiro constavam os valores dos factorings dos bancos, no entanto, aquele valor não coincidia com o valor descrito na rubrica de “outros credores” previsto na página 38 do documento, perguntando o Senhor Vereador qual a razão de tal discrepância de valores.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que havia empresas que tinham factorings que tinham um acordo de pagamento e a Câmara pagava às entidades bancárias, suportando mensalmente os juros, e havia empresas com factorings onde não havia acordo de pagamento, sendo o pagamento do factoring da responsabilidade da empresa.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Miranda**, perguntando para quando estaria prevista a disponibilização da verba do empréstimo se todo o processo decorresse com normalidade.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que se todo o processo corresse bem, o documento poderia ser aprovado na Assembleia Municipal de 27 de Outubro, acrescentando que dos contactos havidos das com o Tribunal de Contas tinha sido entendido que as questões levantadas por aquele Tribunal ficariam ultrapassadas com a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro.

Referiu o Senhor Vice-Presidente que o prazo para obtenção do visto do Tribunal de Contas era de trinta dias, havendo ainda o prazo para os bancos se pronunciarem, acrescentando que havia a expectativa de antes do final do ano o assunto estar encerrado.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que o processo seria levado até ao visto do Tribunal de Contas e havia a esperança de criação por parte do Governo de uma linha de crédito directa às autarquias, acrescentando que não tinha lógica que o dinheiro fosse disponibilizado aos bancos a uma taxa de 3,5% e fosse depois disponibilizado pelas entidades bancárias a 7,5% ou a 8%.

Referiu o Senhor Vereador que se o dinheiro fosse directamente para as autarquias, o Município poderia pagar aos fornecedores que, por sua vez, pagariam aos bancos e o Município teria metade dos encargos financeiros.

Mais disse que havia a expectativa de que nos trinta dias seguintes à aprovação do documento pelos órgãos municipais, fosse obtido o visto do Tribunal de Contas.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Miranda**, perguntando se tinha sido transmitida aos credores a expectativa que a Câmara tinha relativamente à aprovação do empréstimo.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que o que ia aguentando os credores era o facto de aqueles perceberem que a Câmara estava a trabalhar na resolução do problema.

Disse o Senhor Vereador que com uma dívida de €24.574.941,72 havia constrangimentos muito fortes para os fornecedores e para o Município. que tinha custos financeiros muito elevados, uma vez que



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

todos os fornecedores debitavam juros, pois não tinham capacidade de os suportar, acrescentando que o Município tinha custos com a dívida muito superiores aos que teria depois de a consolidar.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que da análise do mapa de projecção das receitas, previsto na página 97 do documento, poderia verificar-se que a partir de 2012 haveria um regresso à realidade, no entanto, tinha dúvidas sobre a forma como tinha sido estimada a receita para 2011, pois, disse, face à conjuntura, tinha sido prevista uma subida de impostos directos de 1.100.000 euros face à receita cobrada em 2010, julgando que tal projecção tinha partido do valor da cobrança real até Agosto, dividida por oito e multiplicada por doze, acrescentando que tal critério era débil.

Mais disse o Senhor Vereador que o Plano de Saneamento Financeiro nada estabelecia quanto aos compromissos e protocolos firmados pelo Município que implicavam despesa, nomeadamente o protocolo celebrado entre o Município e os Bombeiros Voluntários de Valongo para a criação do edifício da Presidência, acrescentando que os eleitos pela Coragem de Mudar nada sabiam sobre o estado daquele processo.

Disse, ainda, o Senhor Vereador que o documento não fazia também qualquer referência à repercussão no Plano de Saneamento Financeiro das medidas tomadas relativamente às concessões e à empresa municipal, bem como à redução dos quadros municipais e de cargos eleitos.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que havia necessidade de resolver o problema do antigo edifício dos bombeiros, que fazia todo o sentido aproveitar e rentabilizar.

Referiu que o protocolo celebrado com aquela entidade encontrava-se suspenso, pois estavam a ser analisadas alternativas de financiamento às candidaturas para regeneração urbana, pois, disse, permitiam fazer investimentos até 10 milhões de euros, com comparticipação de 70%, mas implicavam processos de preparação de candidaturas muito elaboradas, pelo que tinha sido publicada legislação que permitia apresentar candidaturas mais fechadas e estava a ser estudada essa possibilidade.

Referiu o Senhor Vice-Presidente que haveria necessidade de aproveitar o final do QREN e a Câmara de Valongo teria de estar atenta à reprogramação daquela programa, havendo a expectativa de haver apoio ao investimento das autarquias.

Mais disse que havia a expectativa de poder ser apresentada uma candidatura relativamente ao edifício dos Bombeiros de Valongo, o que reduziria consideravelmente o montante de investimento.

Disse, ainda, o Senhor Vice-Presidente que seria distribuído por todos os eleitos da Câmara uma revisão ao orçamento de 2011, que incorporava todas as medidas vertidas no Plano de Saneamento Financeiro que implicavam redução da despesa.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, solicitando que fossem quantificadas as medidas de contenção de despesa previstas nas páginas 78 e 79 do Plano de Saneamento Financeiro.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que a revisão orçamental teria de encaixar no orçamento base para 2011, referindo que haveria uma redução na receita de cerca de 10 milhões e



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

300 mil euros, passando a dotação do orçamento de €74.162,887 para €63.870.606,68, acrescentando que aquele valor de receita iria encaixar nas previsões de receita constantes do Plano de Saneamento Financeiro.

Mais referiu que havia uma diminuição da despesa corrente de cerca de 3,5 milhões de euros e 619 mil euros de reforços, que, disse, passariam de uma dotação de €43.661,746,00 para uma dotação final de €40.183.704,45.

Sublinhou o Senhor Vereador que a redução da despesa corrente só era possível porque a execução do orçamento tinha sido extremamente contida, devido à implementação do Plano de Saneamento Financeiro, acrescentando que se não tivesse havido poupança, não teria havido margem para reduzir a despesa corrente em cerca de 3,5 milhões de euros.

Continuando no uso da palavra, disse o Senhor Vereador que tinha havido uma diminuição de 6 milhões e 716 mil euros no Plano Plurianual de Investimentos, por forma a dar cumprimento às questões levantadas pelo Tribunal de Contas, acrescentando que o plano previa obras cuja execução não era previsível para 2011 e que estavam a onerar o capítulo das despesas do orçamento.

Disse o Senhor Vereador que se ao valor de €63.870.606,68, dotação final do orçamento, fosse retirada a dívida de €24.574.941,72, restaria um orçamento de 39 milhões de euros, que, disse, seria o orçamento real do Município.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que na rubrica de 05.10.99, “outras”, havia uma previsão de 1 milhão e 325 mil euros que baixava para 1 milhão e 317 mil euros, perguntando que receitas estavam incluídas naquela rubrica.

Questionou, ainda, o Senhor Vereador a razão de ter havido um aumento nas despesas de representação de 7 mil euros, bem como o aumento na rubrica de pessoal em funções de 5 mil e 600 euros, acrescentando que não se percebia tal aumento em tempos de crise.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que os custos com pessoal tinham diminuído.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que tinha havido um aumento na rubrica 01.03.03.05.02 de 135 mil euros, bem como nas rubricas de ajudas de custo, horas extraordinárias e subsídios de turno, acrescentando que a medida anunciada de que o trabalho extraordinário seria substituído por descanso não deveria traduzir um aumento do orçamento, a menos, disse, que a medida ainda não tivesse sido implementada ou tivesse havido falha na previsão.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que tal aumento se devia a mudanças de categoria.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que o reforço que poderia acontecer por mudança de categoria teria de se reflectir na rubrica 03.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que em 2011 tinham sido pagos dois meses de trabalho extraordinário relativo ao ano de 2010, acrescentando que o trabalho extraordinário de 2011 era quase nulo.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que a redução de trabalho extraordinário em 2011 deveria ter dado para pagar os custos que transitavam de 2010.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que tinha sido prevista uma redução de 200 mil euros para 30 mil euros ao nível de trabalho extraordinário, tendo havido dificuldades devido ao pagamento de trabalho extraordinário do ano de 2010.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que os eleitos pelo Partido Social Democrata estavam disponíveis para esclarecer dúvidas que pudessem surgir sobre os documentos, antes da realização da reunião de Câmara de 13 de Outubro.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que nas despesas com pessoal tinha havido uma redução de 1.154.000,00€ na aquisição de serviços, uma redução de 70,000,00€ nas transferências correntes, bem como na aquisição de bens de capital de 6.716.000,00€, acrescentando que tinha havido um ajustamento na ordem dos 10.292.000,00€

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que o Plano de Saneamento Financeiro e a revisão ao Orçamento de 2011 pressupunham que fossem aprovadas as mesmas taxas de IML, de derrama e de IRS, não tendo sido contemplada a taxa de direitos de passagem.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que tinha entendido que os eleitos pelo Partido Social Democrata representados na Câmara Municipal não iriam propor nenhuma alteração às taxas que se encontravam em vigor, porém, tal não significava que houvesse algum compromisso dos eleitos pela Coragem de Mudar em relação aquela matéria.

(Deu entrada na sala a Senhora Directora do departamento financeiro, Dr.^a Fátima Maia)

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo à Senhora Directora do departamento que na rubrica “outros” havia uma dotação inicial de €1.323,500, mas tinha havido uma redução de €1.317.945, ficando um valor residual de €7.585, perguntando o Senhor Vereador qual a razão da redução de tal receita.

Interveio a Senhora Directora do departamento financeiro, **Dr.^a Fátima Maia**, dizendo que a verba dizia respeito à renda da concessão da EDP.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que tinha havido um acerto entre iluminação pública e o valor que se pagava à EDP.

Perguntou, ainda, o Senhor Vereador à Senhora Directora do Departamento Financeiro qual a razão de reforço na rubrica de despesas de representação.

Interveio a Senhora Directora do departamento financeiro, **Dr.ª Fátima Maia**, dizendo que tinha sido feito um reforço naquela rubrica, de forma a ser alcançada a verba final, não tendo aquele aumento qualquer efeito.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que tinham sido feitos pequenos reforços ao nível do trabalho extraordinário em vários departamentos, perguntando a que se devia tal reforço.

Interveio a Senhora Directora do Departamento Financeiro, **Dr.ª Fátima Maia**, dizendo que em 2011 tinham sido pagas verbas relativas a trabalho extraordinário realizado em três meses do ano de 2010.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que em 2011 tinha havido grande contenção ao nível de trabalho extraordinário.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, perguntando qual o valor de trabalho extraordinário pago em 2011 relativo a 2010.

Interveio a Senhora Directora do departamento financeiro, **Dr.ª Fátima Maia**, dizendo que tinham sido pagos três meses de trabalho extraordinário de 2010, porém, não sabia qual o valor efectivamente pago.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que posteriormente enviaria ao Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, o valor do trabalho extraordinário de 2010 pago em 2011.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, perguntando se as projecções da receita municipal para o ano de 2011 tinham sido feitas por extrapolação duodecimal.

Interveio a Senhora Directora do departamento financeiro, **Dr.ª Fátima Maia**, dizendo que o cálculo das receitas era feito com base nos vinte e quatro meses anteriores a Outubro.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que os valores da receita constavam do Plano de Saneamento Financeiro e tinha sido possível deduzir que, face aos valores arrecadados até Agosto, tinha sido feita uma projecção até Dezembro de 2011 e que essa projecção era duodecimal, pois correspondia à receita dividida por oito e multiplicado por doze meses.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio a Senhora Directora do departamento financeiro, **Dr.ª Fátima Maia**, dizendo que tinha sido feita a estimativa do valor cobrado entre Setembro e Dezembro de 2010, estando dentro do cálculo dos vinte e quatro meses.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo, a título de exemplo, que de acordo com o estabelecido no Plano de Saneamento Financeiro, o valor cobrado de IMT até 31 de Agosto tinha sido de €2.344.000,00, perguntando se o valor previsto para todo o ano de 2011 correspondia aquela verba dividida por oito e multiplicada por doze ou se o facto da realização daquela operação dar o mesmo valor era mera coincidência.

Interveio a Senhora Directora do departamento financeiro, **Dr.ª Fátima Maia**, dizendo que posteriormente apresentaria os cálculos efectuados para previsão daquela receita

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a constar, foi encerrada a reunião quando eram onze e trinta minutos. Para constar se lavrou a presente acta, que depois de devidamente aprovada, será por mim assinada, Directora do Departamento de Administração Geral e Modernização Administrativa, Helena Justa Ferreira Moreira de Oliveira. _____